

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# Neuroterritorialização e infraestruturas do desejo: Poder, cognição e técnica no território reticulado

Zeno Soares Crocetti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13961>

Submetido em: 2025-11-02

Postado em: 2025-12-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## Neuroterritorialização e infraestruturas do desejo: Poder, cognição e técnica no território reticulado

Zeno Soares Crocetti

Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território  
Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil.

E-mail: [geocrocetti@gmail.com](mailto:geocrocetti@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>

Professor e pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Líder do Núcleo de Estudos Estratégicos Ignacio Rangel (NEIR) e coordenador do projeto “Análise dos circuitos produtivos e os círculos de cooperação na economia da América Latina (fase III)”.

### Resumo:

Este artigo analisa o território contemporâneo a partir do conceito de território reticulado e ampliado pelas categorias de neuroterritorialização e infraestruturas do desejo. A investigação se baseia no reconhecimento de que o espaço não é apenas um suporte físico, mas uma construção multifacetada articulada por redes técnicas, cognitivas e simbólicas que operam sob a lógica da seletividade e da dominação. Explora-se a neuroterritorialização como processo de territorialização da cognição e dos afetos, em que dispositivos digitais modulam percepções, atenções e subjetividades, configurando um novo campo de controle psicopolítico. As infraestruturas do desejo são discutidas como sistemas técnicos e algorítmicos que organizam a produção e gestão dos afetos e do consumo simbólico, inseridos na lógica do capitalismo de vigilância e de plataforma. No contexto atual, assiste-se à integração funcional entre técnica, norma e tempo por meio de plataformas digitais, dispositivos conectados, algoritmos e infraestruturas globais que transformam o espaço e reconfiguram as condições de vida e de trabalho. Aborda o impacto da pós-verdade na configuração dos territórios cognitivos, que operam por meio das redes digitais, promovendo uma disputa hegemônica pela definição da realidade socialmente compartilhada. O artigo contribui para a geografia crítica ao evidenciar que o domínio territorial contemporâneo exige a articulação entre materialidade, subjetividade e poder cognitivo, convocando uma nova agenda de análise interdisciplinar.

**Palavras-chave:** território reticulado; neuroterritorialização; infraestruturas do desejo; capitalismo de plataforma.

## Neuroterritorialization and infrastructures of desire: Power, cognition and technique in the reticulated territory

### Abstract:

This article analyzes contemporary territory through the concept of the *reticulated territory*, expanded by the categories of *neuroterritorialization* and *infrastructures of desire*. The investigation is grounded in the understanding that space is not merely a physical support, but a multifaceted construction articulated by technical, cognitive, and symbolic networks operating under the logic of selectivity and domination. *Neuroterritorialization* is explored as a process of territorialization of cognition and affect, in which digital devices modulate perception, attention, and subjectivity, shaping a new field of psychopolitical control. The *infrastructures of desire* are discussed as technical and algorithmic systems that organize the production and management of affects and symbolic consumption, embedded within the logic of surveillance and platform capitalism. In the current context, there is a functional integration of technique, norm, and time through digital platforms,

connected devices, algorithms, and global infrastructures that transform space and reconfigure the conditions of life and labor. The article examines the impact of *post-truth* on the configuration of cognitive territories that operate through digital networks, fostering a hegemonic dispute over the definition of socially shared reality. It contributes to critical geography by demonstrating that contemporary territorial domination demands the articulation of materiality, subjectivity, and cognitive power, calling for a renewed interdisciplinary analytical agenda.

**Keywords:** reticulated territory; neuroterritorialization; infrastructures of desire; psychopolitics; platform capitalism.

## **Neuroterritorialización e infraestructuras del deseo: Poder, cognición y técnica en el territorio reticulado**

### **Resumen:**

Este artículo analiza el territorio contemporáneo a partir del concepto de territorio reticulado, fundamentado en las contribuciones de Milton Santos y ampliado con las categorías de neuroterritorialización e infraestructuras del deseo. La investigación parte del reconocimiento de que el espacio no es solo un soporte físico, sino una construcción multifacética articulada por redes técnicas, cognitivas y simbólicas que operan bajo lógicas de selectividad y dominación. Se explora la neuroterritorialización como proceso de territorialización de la cognición y de los afectos, en el que dispositivos digitales modulan percepciones, atenciones y subjetividades, configurando un nuevo campo de control psicopolítico. Las infraestructuras del deseo se discuten como sistemas técnicos y algorítmicos que organizan la producción y gestión de los afectos y el consumo simbólico, inserto en la lógica del capitalismo de vigilancia y de plataforma. Finalmente, se aborda el impacto de la posverdad en la configuración de territorios cognitivos, destacando la emergencia de regímenes de verosimilitud afectiva que operan a través de redes digitales, promoviendo una disputa hegemónica por la definición de la realidad socialmente compartida. El artículo contribuye a la geografía crítica al evidenciar que el dominio territorial contemporáneo requiere articular materialidad, subjetividad y poder cognitivo, convocando una nueva agenda analítica interdisciplinaria.

**Palabras clave:** territorio reticulado; neuroterritorialización; infraestructuras del deseo; psicopolítica; capitalismo de plataforma.

## 1. Introdução

A compreensão do território na atualidade exige um deslocamento teórico capaz de captar suas dimensões imateriais, simbólicas e cognitivas. A aceleração dos fluxos informacionais, a plataformização da vida social e o advento da vigilância algorítmica criaram novas formas de apropriação do espaço, que operam não apenas sobre o corpo e a infraestrutura, mas sobre a mente e o desejo. Nesse contexto, este artigo propõe a articulação das categorias *neuroterritorialização* e *infraestruturas do desejo*, inseridas no marco interpretativo do território reticulado, como caminhos analíticos para a crítica da espacialidade contemporânea.

Nesse cenário, o desafio para aqueles que buscam resistir a essas formas de dominação passa pela construção de novos territórios cognitivos alternativos, baseados na crítica, no pensamento reflexivo e na quebra da lógica algorítmica que sustenta a manipulação da subjetividade.

Os territórios cognitivos são espacialidades formadas pela disputa de narrativas, conhecimentos e percepções da realidade. Eles não correspondem a espaços físicos, mas a campos de influência mental e simbólica que estruturam a forma como os indivíduos e sociedades percebem o mundo.

### 1.1 Características dos territórios cognitivos no território reticulado:

- A) Ancoragem nas redes digitais:
- B) Produção de verdades hegemônicas:
- C) Controle e modulação da percepção:

No território reticulado, os territórios cognitivos são criados, expandidos ou contestados a partir do controle dos fluxos informacionais e da manipulação simbólica.

Esse conceito dialoga com as reflexões de autores como Byung-Chul Han (2021), que denuncia a transição da disciplina para o controle emocional e autoexploratório, e Yuk Hui (2023), que propõe uma tecnodiversidade frente ao universalismo técnico da racionalidade ocidental. Ele também se apoia nas noções de *sociedade de controle* (Deleuze, 1992) e *poder psicopolítico* (Han, 2017), apontando para o fato de que, na contemporaneidade, os dispositivos tecnológicos não apenas administram corpos, mas formam mentes – capturam a atenção, organizam o tempo subjetivo e interferem na formação da consciência crítica.

No contexto do território reticulado, a neuroterritorialização evidencia como a espacialidade passa a ser articulada por redes que operam no plano simbólico e neurológico. Plataformas digitais, redes sociais, dispositivos móveis, ambientes gamificados e sistemas de vigilância afetiva territorializam a mente dos sujeitos, operando uma forma de domínio que antecede a ação e conforma previamente as possibilidades do pensar e do sentir. Assim, a luta pelo território passa também a ser ao mesmo tempo a luta pela mente.

### 1.2 O território reticulado e a psicosfera: base conceitual

A leitura do território contemporâneo a partir da obra de Milton Santos permite compreender como a espacialidade se reorganiza diante do avanço das tecnologias da informação, da financeirização da economia e da intensificação dos fluxos globais. Em sua formulação do *meio técnico-científico-informacional*, Santos (1994) aponta para uma inflexão histórica na constituição dos espaços: a técnica deixa de ser apenas um instrumento auxiliar da produção para se tornar uma força estruturante da vida social, econômica e política. Mais do que isso, ela adquire um papel normativo, modulando comportamentos, decisões e racionalidades.

No contexto da globalização, esse meio é marcado pela constituição de um motor único – uma convergência sistêmica entre técnica, informação e norma – que opera como aparato de homogeneização funcional e heterogeneização territorial. Trata-se de uma racionalidade global que, embora promova a integração técnica do planeta, aprofunda as desigualdades por meio da seletividade

das conexões: certos lugares são tornados nodais, enquanto outros são descartados ou apenas subordinados como zonas de extração, logística ou externalidades da circulação.

Nesse meio, a técnica deixa de ser apenas instrumento e passa a ser condição de existência e regulação do território. As redes técnicas (comunicação, transporte, energia, informação, fluxos financeiros e logísticos) tornam-se infraestruturas da globalização e produzem efeitos desiguais de integração e exclusão. É nesse contexto que emergem os processos de homogeneização funcional, heterogeneização territorial e seletividade das conexões.

**A) Homogeneização funcional:** a unificação técnica do planeta – a homogeneização funcional se refere ao processo de uniformização das condições técnicas e operacionais do território em escala global.

Exemplo: portos, aeroportos e *data centers* em diferentes países compartilham protocolos e tecnologias semelhantes, permitindo que mercadorias e dados circulem sem barreiras técnicas. O território é, assim, *funcionalizado* para o mesmo sistema técnico global. Milton Santos chama isso de “planeta tecnicamente unido”: uma convergência material que cria uma aparência de integração total. Mas essa homogeneização funcional é apenas o pano de fundo técnico sobre o qual se desenrola a desigualdade.

**B) Heterogeneização territorial:** a diferenciação desigual dos lugares – a heterogeneização territorial é o contraponto da homogeneização funcional. Embora a técnica se difunda globalmente, os lugares respondem de forma desigual a esse processo, pois cada um possui condições históricas, econômicas e políticas distintas. Assim, a homogeneização funcional (a difusão da técnica) produz e aprofunda heterogeneidades.

Essa diferenciação não é acidental – ela é estrutural em relação ao funcionamento do capitalismo global. Os objetos técnicos e informacionais não se distribuem de modo uniforme; sua presença é seletiva, concentrando-se onde podem gerar maior rentabilidade e controle.

Exemplo: enquanto grandes metrópoles ou zonas portuárias se tornam nós hipertecnificados das redes globais, áreas rurais, periferias e países subdesenvolvidos permanecem com infraestrutura precária e baixa conectividade. O resultado é um território fragmentado, onde coexistem lugares altamente integrados e outros marginalizados. Milton Santos (2000) chama esse fenômeno de “globalização perversa”, pois a difusão técnica (aparentemente universal) reforça o uso corporativo do território, ampliando as desigualdades sociais e espaciais.

**C) Seletividade das conexões:** o controle político e econômico das redes – a seletividade das conexões é o mecanismo que articula os dois processos anteriores. Se a técnica permite o funcionamento integrado do planeta, as conexões entre os lugares não são neutras nem automáticas – elas são seletivamente estabelecidas segundo os interesses do poder global. Essa seletividade é exercida:

- a) pelas empresas transnacionais, que escolhem onde investir e integrar;
- b) pelos Estados centrais e instituições financeiras, que definem as rotas e infraestruturas prioritárias;
- c) pelos sistemas digitais, que controlam fluxos de dados e informação, determinando visibilidade e invisibilidade dos lugares e sujeitos.

Assim, o território torna-se uma rede seletiva, onde a conexão é um privilégio, e a desconexão, uma forma de exclusão. O valor de um lugar no sistema global passa a depender de sua posição e acessibilidade nas redes – logísticas, digitais, financeiras ou cognitivas.

Exemplo: um centro financeiro global (como Nova York ou Londres) está hiperconectado a fluxos de informação e capital, enquanto um município periférico no interior do Brasil pode estar tecnicamente conectado (via internet ou rodovia), mas funcionalmente desconectado dos fluxos decisivos do poder global.

É nesse marco teórico que se insere a categoria analítica do *território reticulado*, uma proposta interpretativa que busca dar conta da nova morfologia espacial fundada por redes técnicas e infraestruturas informacionais. Diferente da configuração territorial centrada em fronteiras fixas e

contínuas, o território reticulado é constituído por *nós*, *fluxos*, *plataformas* e *zonas de conexão seletiva*, onde a centralidade não depende mais apenas da localização geográfica, mas da inserção estratégica nas redes globais. Exemplos como o Porto Seco de Foz do Iguaçu, a logística do agronegócio no Centro-Oeste do Paraná, ou os *data centers* da Amazon Web Services revelam como o espaço é reorganizado em função de sua funcionalidade dentro de um sistema técnico-financeiro global. Crocetti (2023)

**Tabela 1: Síntese dialética contemporânea do território**

Processo	Sentido	Consequência
<b>Homogeneização funcional</b>	Difusão global da técnica e dos padrões operacionais	Criação de uma base técnica comum e interoperável
<b>Heterogeneização territorial</b>	Diferenciação estrutural dos lugares diante da mesma base técnica	Produção e intensificação das desigualdades espaciais
<b>Seletividade das conexões</b>	Controle político-econômico dos fluxos e redes	Hierarquização e polarização do território global

Elaboração do autor: 2025.

A esse arranjo infraestrutural se soma a dimensão simbólica do território – a *psicosfera* –, que Milton Santos (1996) define como o “conjunto de valores, imagens, afetos e representações que constituem o ambiente subjetivo do espaço vivido”. Se o espaço material é operado pela técnica, a *psicosfera* é operada pela *produção simbólica* e pela *organização das consciências*, sendo por isso central na disputa contemporânea pelo controle territorial. Em tempos de pós-verdade, desinformação e cultura algorítmica, o domínio da *psicosfera* passa a ser uma condição para a eficácia do controle infraestrutural: controlar os sentidos é parte do controle dos territórios.

Essa perspectiva encontra ressonância em autores como David Harvey (2004), quando discute o condicionamento do espaço-tempo pelo capital, e Manuel Castells (2000), ao propor a existência de uma “esfera dos fluxos” – uma lógica organizacional em rede que coexiste com os lugares, mas os submete à sua dinâmica informacional. A convergência entre infraestrutura técnica e manipulação simbólica resulta numa espacialidade em que o controle se dá tanto pela ocupação material quanto pela indução de subjetividades e pela construção de narrativas dominantes. É o que se observa, por exemplo, no uso de plataformas digitais para gerir a opinião pública, como nas campanhas de desinformação durante o Brexit ou nas eleições brasileiras de 2018, nas quais se articulam redes técnicas, cognitivas e territoriais.

O território reticulado, portanto, não é apenas um efeito da técnica — é uma forma ativa de dominação territorial que opera tanto sobre a matéria quanto sobre o sentido, tanto sobre a circulação quanto sobre a cognição. Nesse processo, a *psicosfera* se torna um *campo estratégico da disputa hegemônica*, no qual agem simultaneamente Estados, corporações transnacionais, atores financeiros e algoritmos. Ela é o lugar da disputa pelos desejos, pelas crenças e pelas verdades – elemento-chave para garantir a funcionalidade das redes e a obediência silenciosa dos sujeitos conectados.

Em suma, o referencial teórico que articula a noção de território reticulado e *psicosfera* nos oferece uma lente para compreender os novos modos de produção e apropriação do espaço sob o capitalismo informacional avançado. Ele nos convoca a pensar o espaço como uma síntese entre técnica, poder e subjetividade, onde o domínio territorial é cada vez mais dependente da capacidade de modular mentes, afetos e percepções – isto é, de ocupar não apenas o território físico, mas também a consciência.

## 2) Neuroterritorialização: o controle da cognição como forma de dominação territorial

A categoria *neuroterritorialização* emerge como chave teórica para interpretar os modos contemporâneos de dominação que ultrapassam a esfera físico-material do espaço e se inscrevem diretamente na constituição da cognição, dos afetos e das subjetividades. Diferente da territorialização

clássica, voltada para o controle jurídico-político e geoeconômico do território, a neuroterritorialização refere-se a uma nova topologia do poder, na qual o espaço mental dos sujeitos se torna o principal campo de disputa e captura. Essa virada epistemológica nos obriga a pensar o território não apenas como suporte, mas como *espaço vivido, percebido, sentido e desejado*, em que dispositivos técnicos operam territorializando o próprio pensamento. Crocetti (2025a)

Essa ideia encontra ecos precoces em Michel Foucault (1976), ao tratar do *biopoder* como o poder que atua sobre a vida, os corpos e as populações, e em Gilles Deleuze (1992), quando identifica o surgimento da *sociedade de controle*, em que o comando se dá por modulações contínuas, dispersas e internalizadas. No entanto, é com autores como Byung-Chul Han (2015, 2017), Yuk Hui (2023) e Maurizio Lazzarato (2014) que a crítica se atualiza para dar conta de uma racionalidade neoliberal algorítmica, centrada na *autovigilância*, na *autoexploração* e na *produção de subjetividades passivas* através das plataformas digitais e suas interfaces afetivas.

A neuroterritorialização atua através de uma miríade de dispositivos que incluem redes sociais, aplicativos, assistentes de voz, plataformas gamificadas, ambientes imersivos de realidade aumentada e algoritmos preditivos. Esses artefatos não são meros mediadores da ação social, mas verdadeiros atores geopolíticos, que interferem diretamente na formação da memória, da atenção e do desejo. A espacialidade do cotidiano é reconfigurada por essas tecnologias, que mapeiam comportamentos em tempo real, operando formas de poder invisível baseadas na captação e modulação da cognição.

Um exemplo paradigmático é o uso de *plataformas de vigilância emocional* durante os protestos de Hong Kong (2019-2020), em que sensores faciais, *drones* e aplicativos de rastreamento atuaram simultaneamente como ferramentas de segurança estatal e dispositivos de desmobilização afetiva. O próprio ato de “estar no território” passou a implicar riscos à integridade psíquica e à memória digital dos manifestantes. Outro caso exemplar é o da empresa Cambridge Analytica, cujo uso de dados psicométricos de milhões de usuários do Facebook permitiu intervenções políticas cognitivas – como nas eleições estadunidenses de 2016 e no referendo do Brexit –, que territorializaram o pensamento eleitoral e modelaram a percepção da realidade a partir de microsegmentações afetivas e narrativas hipersegmentadas.

Sob esse prisma, o território se torna uma *dimensão neuroespacial*, cujos contornos são definidos tanto por cabos de fibra óptica e zonas francas de dados quanto por regimes de visibilidade, rotinas algorítmicas e arquiteturas simbólicas da atenção. Isso se articula com a noção de *psicopolítica digital* proposta por Han (2017), que descreve a transição da coerção disciplinar à sedução algorítmica, em que o sujeito se torna cúmplice da própria dominação ao entregar voluntariamente sua cognição ao controle das plataformas. O espaço da liberdade é substituído pelo espaço da *performance*, onde o indivíduo é compelido a se expor, interagir, atualizar-se e produzir constantemente dados, imagens e afetos.

Em termos geográficos, trata-se de uma nova forma de organização espacial em que a dominação territorial não exige presença física direta, mas se realiza por capilaridade informacional e por captura da consciência coletiva. O território passa a ser produzido pela interação entre dispositivos técnicos, circuitos afetivos e sistemas algorítmicos, que organizam mapas mentais de pertença, identidade, verdade e medo. Isso é visível, por exemplo, na produção de zonas urbanas inteligentes e hiperconectadas (como Songdo, na Coreia do Sul), que não apenas administram o fluxo de veículos ou energia, mas monitoram os hábitos e sentimentos de seus habitantes, territorializando suas decisões por meio de sistemas de recompensa e vigilância.

Essa tendência revela a consolidação do que Evgeny Morozov (2022) denomina de *solucionismo tecnológico*, isto é, a crença de que todos os problemas sociais, inclusive os afetivos e políticos, podem ser resolvidos por dispositivos técnicos. Contudo, essa suposta neutralidade tecnológica é falsificada pela sua *intencionalidade territorializante*: ao configurar o pensamento, ela redefine a percepção do território e da realidade, alinhando ambos aos interesses de grandes corporações e governos hiperconectados.

A neuroterritorialização, nesse sentido, não substitui as formas tradicionais de dominação territorial, mas as complementa e as aprofunda, convertendo o espaço em um campo híbrido de materialidades técnicas e simbolizações cognitivas. Assim, como destaca Milton Santos (1996), o território continua sendo o lugar do uso, da norma e da vida, mas agora atravessado por uma lógica

informacional que exige novas categorias de análise capazes de articular técnica, cognição e poder. O conceito de neuroterritorialização cumpre esse papel ao explicitar que o novo território do capital não é apenas o chão, mas a mente – *território invisível, mas politicamente decisivo*.

### **3. Infraestruturas do desejo: plataformas digitais, economia libidinal e modulação afetiva**

A emergência das infraestruturas do desejo como categoria analítica está diretamente ligada à reconfiguração das formas de dominação no capitalismo contemporâneo. Diferente das infraestruturas tradicionais – materializadas em estradas, portos, ferrovias e redes elétricas –, as infraestruturas do desejo operam na dimensão imaterial, simbólica e sensível do território. Elas sustentam a produção e o gerenciamento de afetos, narrativas e vontades, constituindo-se como dispositivos estratégicos de modulação da vida psíquica e emocional dos sujeitos.

Trata-se de uma mudança de escala e natureza no exercício do poder: a técnica não apenas estrutura a economia e o espaço físico, mas modela subjetividades, organiza temporalidades afetivas e direciona desejos em função de lógicas extrínsecas à experiência individual. Nesse sentido, as infraestruturas do desejo são formas contemporâneas de captura da energia libidinal – energia entendida aqui, em termos foucaultianos e deleuzianos, como o substrato vital sobre o qual incidem os dispositivos de poder.

A teoria do *capitalismo de vigilância* proposta por Shoshana Zuboff (2020) é central nesse debate, ao mostrar como plataformas como Google, Facebook e Amazon constroem um sistema de extração comportamental baseado na predição e na indução de ações futuras. O que está em jogo não é apenas o acesso a dados, mas o controle sobre a estrutura de oportunidade afetiva que organiza as decisões humanas, ou seja, *o que desejamos, a quem confiamos, o que acreditamos ser real*.

Complementarmente, Nick Srnicek (2018) mostra que o *capitalismo de plataforma* desloca o centro do valor econômico para a posse e gestão de bases de dados, redes de intermediação e estruturas de dependência funcional que amarram indivíduos, empresas e Estados a sistemas de recomendação algorítmica.

Esse aparato constitui o que se pode denominar de *infraestrutura libidinal*: sistemas técnicos que *territorializam o desejo* e o orientam a partir de comandos imperceptíveis, operando sob a lógica da hiperconectividade, da *gamificação da vida* e da *performatividade digital*. Exemplos empíricos são abundantes: o TikTok não apenas oferece vídeos, ele fabrica temporalidades subjetivas curtas, viciantes e emocionais, gerando uma gramática de presença baseada em recompensas afetivas imediatas. O Tinder territorializa o desejo amoroso, não por afinidade ética ou política, mas por vetores de compatibilidade algorítmica mediados por um *design* emocional. Amazon Prime e Spotify constroem *regimes de consumo afetivo*, modulando estados de espírito e gerando trajetórias de desejo orientadas por inteligências artificiais.

Aqui, a noção de economia libidinal, resgatada por autores como Jean-François Lyotard (1974) e atualizada por pensadores como Mark Fisher (2009) e Franco Berardi (Bifo) (2019), revela-se particularmente fecunda. Trata-se de compreender que o capital não apenas explora trabalho, mas coloniza a capacidade de sentir, desejar e imaginar, transformando emoções em valor de troca. O desejo, nesse modelo, deixa de ser potência criadora autônoma para tornar-se *objeto de engenharia algorítmica*, direcionado por regimes semióticos que operam por saturação afetiva, polarização e compulsão.

Do ponto de vista geográfico, essas infraestruturas reconfiguram o espaço ao acoplar *territorialidades técnicas* (cabos, satélites, servidores) com *territorialidades simbólicas* (modos de vida, identidades, narrativas). Trata-se de uma reorganização que compõe zonas de intensificação afetiva, como os chamados *ambientes de influência* mapeados por agências de *marketing* comportamental. Por exemplo, cidades como Dubai, Cingapura ou Las Vegas são projetadas como territórios do desejo: não apenas concentram infraestrutura física de luxo, mas são ambientes de simulação contínua, voltados à captura sensorial, à *performance* de *status* e ao consumo emocional.

Em escala global, o próprio *design* das plataformas digitais corresponde a um imperialismo afetivo, no qual empresas transnacionais moldam modos de vida e valores por meio da distribuição desigual dos meios de produção simbólica. Como alerta Tung-Hui Hu (2015), *as nuvens computacionais* não são etéreas, mas assentadas sobre infraestruturas materiais geopolíticas e

interesses corporativos altamente localizados, que estruturam quem pode desejar, o que pode ser desejado e como esse desejo será canalizado.

A articulação entre essas infraestruturas e o território físico revela que não estamos diante de um *fim do espaço* ou de uma *sociedade imaterial*, mas de uma *reticularização afetiva do espaço*, cuja lógica da codificação simbólica é indissociável da lógica da dominação técnica. Como mostra David Harvey (2004), o espaço é sempre uma construção social e histórica. No presente, ele se torna também uma construção emocional e neurocognitiva, mediada por sistemas de interface que funcionam como operadores de governamentalidade.

Em síntese, as infraestruturas do desejo devem ser compreendidas como elementos centrais da reestruturação contemporânea do território, operando sob a lógica do controle libidinal, da modulação da atenção e da produção simbólica escalável. Elas compõem o que chamamos aqui de *território reticulado*, articulado por sistemas de comando que atravessam simultaneamente a materialidade, a linguagem e a afetividade. Pensar o território hoje exige, portanto, considerar não apenas o solo e o capital fixo, mas também os desejos que o habitam, os algoritmos que os codificam e os imaginários que o tornam governável. Crocetti (2019)

#### 4. Cognição, rede e seletividade: o poder no território da pós-verdade

A consolidação das redes como matriz organizadora do território contemporâneo implica não apenas uma reconfiguração da infraestrutura técnica e econômica do espaço, mas também da estrutura cognitiva e simbólica que sustenta o laço social. O conceito de *território reticulado*, conforme proposto na articulação entre Milton Santos e as teorias contemporâneas do poder, pressupõe a convergência entre materialidade, linguagem e desejo, tendo como eixo central a *modulação da percepção e da veracidade*. É nesse campo que emerge com força a problemática da pós-verdade, entendida não apenas como crise do fato ou da objetividade, mas como reorganização do poder cognitivo sob formas algorítmicas e emocionais. Crocetti (2025b)

A partir das contribuições de autores como Byung-Chul Han (2022) e Geert Lovink (2020, 2023), compreende-se que a verdade, outrora vinculada a critérios universalizantes de razão, ciência e prova, cede lugar a uma *verossimilhança afetiva*, na qual o que importa não é o real, mas o *ressonante* – aquilo que mobiliza afetos e confirma crenças prévias. Trata-se de um deslocamento da verdade como *construção racional compartilhada* para a verdade como *efeito emocional e tribal*. Nesse sentido, a pós-verdade não é apenas um fenômeno discursivo, mas um *evento territorial*, pois modula o modo como os sujeitos habitam o mundo, constroem pertencimentos e elegem suas referências cognitivas.

Esse novo regime de veracidade está ancorado em uma topologia reticular seletiva, na qual as redes digitais funcionam como filtros de realidade, operando bolhas informacionais, zonas de silenciamento e hipervisibilização, e circuitos de repetição memética ao estudo da cultura. *Memética* é um campo de estudo que aplica modelos da biologia evolutiva (como a genética) e cujo objetivo é entender como os *memes* se propagam, se transformam e influenciam o comportamento humano, produzindo microterritórios de crença. O papel das plataformas como Meta (Facebook e Instagram), YouTube e X não é mais apenas o de intermediar conteúdo, mas de organizar a visibilidade e regular a autoridade epistemológica, com base em métricas de engajamento emocional.

Casos empíricos ilustram de forma contundente esse funcionamento. No contexto das eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, as campanhas de desinformação via WhatsApp e Telegram construíram verdadeiros *territórios cognitivos paralelos*, em que informações falsas circulavam com alta potência afetiva e resistência à correção factual. Essas redes não apenas instrumentalizavam as plataformas, mas constituíam formas específicas de ocupação simbólica do espaço social, baseadas em afinidades ideológicas, ressentimentos e horizontes de expectativa moldados por narrativas simplificadas e emocionalmente carregadas.

O mesmo se observou na dinâmica da invasão do Capitólio nos Estados Unidos (2021), em que milhares de indivíduos agiram com base em crenças difundidas em ambientes digitais fechados, alimentados por teorias conspiratórias e lógica tribalista. O território – entendido aqui como *campo simbólico de ação* – foi construído previamente no plano cognitivo, por meio de uma sedimentação afetiva que operou como pré-condição da ação física. A relação entre plataforma, percepção e território torna-se assim indissociável.

Sob essa ótica, a seletividade das conexões não se limita ao campo técnico (infraestrutura de dados, conectividade, acesso), mas se estende ao plano semântico e cognitivo. A capacidade de fazer circular certas narrativas e suprimir outras é hoje uma função estratégica do poder, operando na organização do espaço urbano, na configuração de identidades culturais, na legitimação de políticas públicas e até mesmo na construção de conflitos. A ocupação territorial passa a ser precedida por uma ocupação dos imaginários, gerando zonas de consenso forjado e de dissenso interdito.

É nesse sentido que a noção de *território da pós-verdade* deve ser entendida como mais do que um sintoma discursivo ou político: trata-se de uma *formação socioespacial complexa*, produzida por uma ecologia de dispositivos (redes, plataformas, interfaces, *data centers*), mediada por algoritmos que capturam a atenção, modulam a emoção e orientam o comportamento. Esse território é seletivo, desigual e assimétrico, pois nem todos têm o mesmo acesso às ferramentas de construção simbólica, nem às condições para disputar o regime de verdade dominante.

O desafio teórico que se impõe, portanto, é integrar ao campo da geografia crítica uma *dimensão epistemopolítica* do território. A disputa pelo espaço passa a ser, cada vez mais, uma *disputa pela definição da realidade socialmente compartilhada* –, uma guerra de narrativas que opera por meio de infraestruturas técnicas e lógicas emocionais. Retomando a ideia de Milton Santos (1996), o território é, antes de tudo, o espaço do uso e da vida. Na Era da Pós-verdade, esse uso é mediado por sistemas que não apenas organizam a produção, mas controlam a possibilidade de interpretar o mundo.

#### **4.1 A máquina do caos no Brasil: o Brasil como laboratório da desinformação**

O Brasil consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais laboratórios globais de desinformação digital. Segundo Fisher (2023), trata-se de um país com um dos maiores tempos médios de uso diário das redes sociais no mundo, combinando *alta conectividade digital, baixa educação midiática e fragilidade regulatória* – fatores que o tornam terreno fértil para o que o autor denomina de “*caos algorítmico*”.

As plataformas – especialmente Facebook, YouTube, WhatsApp e Instagram – passaram a operar como *infraestruturas afetivas e cognitivas* capazes de mobilizar emoções intensas (raiva, medo, indignação) em torno de conteúdos politizados. O engajamento emocional, mais do que o informacional, tornou-se o principal vetor de difusão. O caso brasileiro é paradigmático: “grupos de WhatsApp” e “redes de microinfluenciadores” configuram verdadeiras *infraestruturas informais de guerra cognitiva*, onde o afeto substitui o argumento e a crença substitui o fato (FISHER, 2023).

#### **4.2 O algoritmo como vetor de radicalização política**

Fisher (2023) denuncia que os algoritmos de recomendação — notadamente do YouTube e do Facebook – funcionam como *mecanismos de radicalização progressiva*, empurrando usuários para conteúdos cada vez mais extremos. Estudos independentes citados pelo autor demonstram que, durante as eleições de 2018, vídeos políticos radicais foram os mais recomendados a usuários brasileiros.

Esse processo cria um *funil de radicalização*, no qual conteúdos aparentemente neutros conduzem a teorias conspiratórias, como as narrativas sobre o chamado *kit gay*, o “comunismo nas escolas” ou a “fraude eleitoral”. A dinâmica algorítmica transforma o consumo informacional em um percurso ideológico, produzindo *bolhas cognitivas e comunidades identitárias digitais* (PARISER, 2011).

A consequência é a *reprogramação da percepção da realidade*, em que a verdade passa a ser aquilo que o algoritmo confirma. Grupos digitais se organizam em torno de inimigos simbólicos – *a mídia, o STF, a esquerda, os cientistas* –, instaurando uma lógica de guerra cultural e de desconfiança generalizada nas instituições.

#### **4.3 Desinformação como mecanismo de poder**

No contexto brasileiro, a desinformação deixou de ser apenas um problema comunicacional e passou a funcionar como *mecanismo de poder político*. Fisher (2023) analisa as eleições de 2018 e 2022 como marcos da transformação da mentira em instrumento eleitoral, por meio de campanhas coordenadas em redes como WhatsApp e Telegram.

Durante a pandemia de Covid-19, o autor identifica o Brasil como um dos exemplos mais completos do “negacionismo digital institucionalizado”, em que o próprio poder político utilizou as plataformas para semear dúvida, medo e descrédito científico. Esse fenômeno, associado ao bolsonarismo digital, constitui o que Fisher (2023) chama de “*feedback loop* de ódio e engajamento” – uma simbiose entre discurso extremista e lógica de plataforma.

A desinformação, portanto, adquire valor estratégico: produz lealdade, mobiliza afetos e consolida narrativas hegemônicas, convertendo-se em *capital simbólico e político*.

#### 4.4 Monetização da mentira

A estrutura econômica das plataformas digitais é central nesse processo. Fisher (2023) destaca que o sistema de engajamento recompensa os conteúdos que mais polarizam, chocam ou ofendem – justamente porque geram *maior tempo de permanência e lucro publicitário*.

Assim, páginas e canais que difundem desinformação política, negacionismo ou pseudociência são frequentemente *monetizados*. Plataformas como YouTube e Facebook resistiram em desmonetizar tais conteúdos, uma vez que o engajamento elevado representava receita significativa. A chamada “economia da atenção” (Zuboff, 2019) transforma a indignação em mercadoria e a mentira em produto de consumo massivo.

Esse circuito revela a fusão entre *poder econômico, tecnológico e cognitivo*, em que a manipulação afetiva é explorada como ativo financeiro.

#### 4.5 Guerra cultural e o regime da pós-verdade

Fisher (2023) argumenta que o Brasil ingressou plenamente no *regime da pós-verdade*, no qual cada grupo constrói sua própria versão dos fatos. A chamada “guerra cultural” – travada em torno de temas morais como religião, sexualidade, costumes e armas – substitui o debate racional sobre políticas públicas.

Pastores, políticos e influenciadores compreenderam o funcionamento dos algoritmos e passaram a utilizá-los como *púlpitos digitais*, onde a emoção substitui o argumento e a fé substitui o método. O resultado é a *psicopolítica da emoção*, conceito que dialoga com as reflexões de Byung-Chul Han (2021) sobre a sociedade do cansaço e a manipulação da afetividade.

As plataformas, ao priorizarem conteúdos emocionalmente intensos, favorecem a *desintegração do espaço público racional*, abrindo caminho para discursos messiânicos e conspiratórios, que corroem a confiança coletiva na verdade.

#### 4.6 O vazio de regulação e o poder das plataformas

A ausência de regulação adequada agrava a crise informacional. Fisher (2023) observa que o Brasil permanece em situação de vulnerabilidade institucional: as *plataformas globais operam sem transparência nem responsabilidade pública*.

O debate em torno do chamado *PL das Fake News* revela o impasse entre liberdade de expressão e regulação tecnológica. Para o autor, a retórica da liberdade serve de escudo para preservar modelos de negócio baseados na *manipulação emocional e na extração de dados pessoais*.

Ao comparar o caso brasileiro com o europeu, Fisher (2023) evidencia o contraste entre um ambiente regulatório robusto e o vácuo jurídico que caracteriza a América Latina, permitindo que o “caos algorítmico” se desenvolva sem freios.

#### 4.7 Impactos sociais e subjetivos

Os efeitos desse ecossistema não são apenas políticos, mas *psicológicos e culturais*. As redes digitais reconfiguram a mente coletiva, naturalizando comportamentos de intolerância e violência simbólica.

No Brasil, observa-se o aumento da *intolerância religiosa e racial*, a *cultura do cancelamento*, a *fadiga informacional* e a *ansiedade digital* – especialmente entre jovens e mulheres. Como argumenta Han (2021), a sociedade da transparência e da exposição contínua produz um regime de autoexploração e exaustão psíquica.

Assim, o ambiente digital brasileiro opera simultaneamente como *plataforma econômica*, *campo político* e *dispositivo psíquico de controle*, expressando a fusão entre poder técnico e dominação subjetiva.

Em *A Sociedade do Cansaço*, Byung-Chul Han (2015) diagnostica uma *mudança estrutural na forma de poder e de subjetividade* nas sociedades contemporâneas. Segundo ele, passamos da “sociedade disciplinar” (analisada por Foucault) para a “sociedade do desempenho”, na qual os indivíduos não são mais reprimidos por proibições externas, mas *explorados por uma liberdade excessiva* – a liberdade de “poder fazer tudo”. Essa liberdade aparente gera *autoexploração*, *exaustão*, *depressão* e *burnout*, configurando o que o autor chama de “*sociedade do cansaço*”.

Han (2015) resgata a ideia do “*cansaço verdadeiro*” (de Walter Benjamin), diferente do *cansaço do desempenho*. Esse cansaço autêntico abre espaço para a *contemplação*, o *silêncio* e a *pausa* – dimensões vitais para o pensamento, a criação e o encontro com o outro.

O autor propõe *recuperar o tempo do não-fazer*, o ócio criativo e a experiência da lentidão. Byung-Chul Han propõe repensar a liberdade, o trabalho e o tempo, resgatando o valor da lentidão, do silêncio e da contemplação.

O “não fazer” – o ócio – é uma forma de *resistência ao sistema de desempenho*. Em última instância, ele nos convida a recuperar a *humanidade perdida* na lógica da produtividade infinita.

**Tabela 2: Transformação histórica do poder**

Época	Tipo de sociedade	Forma de poder	Tipo de sujeito	Doença típica
Século XX	<b>Sociedade disciplinar</b> (Foucault)	Negativa, repressiva (“não pode”)	Sujeito obediente	Infecções, repressão física
Século XXI	<b>Sociedade do desempenho</b> (Han)	Positiva, permissiva (“você pode”)	Sujeito do desempenho (autoexplorador)	Depressão, <i>burnout</i> , TDAH

Elaboração do autor: 2025.

**Figura 1**



### 5. Considerações finais

O presente artigo buscou refletir criticamente sobre os mecanismos contemporâneos de dominação territorial a partir da formulação do conceito de *território reticulado*, articulado às categorias analíticas de *neuroterritorialização* e *infraestruturas do desejo*. A análise evidencia que o espaço atual é constituído por uma profunda convergência entre dimensões materiais e imateriais, técnicas e simbólicas, afetivas e cognitivas, atravessadas por lógicas seletivas e assimétricas de controle.

Na Era da Pós-verdade e da plataformização da vida, o domínio territorial não se limita à ocupação física, mas passa a envolver o controle sobre os fluxos informacionais, os regimes de veracidade, a atenção dos sujeitos e a gestão dos afetos. O território deixa de ser apenas um suporte e torna-se um ambiente complexo de disputa pela mente, pela percepção e pela imaginação coletiva. As formas atuais de poder operam simultaneamente sobre a infraestrutura, a linguagem e o desejo – conformando uma nova racionalidade territorial, algorítmica, libidinal e psicopolítica.

Ao longo do texto, argumentou-se que a neuroterritorialização corresponde à territorialização da cognição, enquanto as infraestruturas do desejo organizam os sistemas de afeto e consumo simbólico. Ambos os processos não são apenas reflexos de uma transformação espacial, mas *fundamentos de uma nova ontologia territorial*, na qual o espaço é constituído por redes técnicas e cognitivas que determinam tanto a visibilidade quanto a possibilidade de ação.

A atualidade da obra de Milton Santos permite pensar tais processos sem cair no determinismo tecnológico, mas sim na chave de uma crítica estrutural da globalização e de suas mediações espaciais e políticas. Para enfrentar os desafios colocados por essa nova configuração, é necessário reativar o pensamento geográfico crítico com ferramentas interdisciplinares, que articulem *geopolítica*, *teoria crítica da técnica*, *economia política* e *epistemologia da percepção*.

Na leitura de Fisher (2023), o Brasil sintetiza o modelo global do “caos algorítmico”, em que redes digitais moldam a opinião pública, produzem líderes populistas e corroem os fundamentos da

verdade. A chamada *máquina do caos* é sociotécnica e cognitiva, composta por plataformas digitais, bolhas de crença, microinfluenciadores e afetos politizados.

O desafio que se impõe vai além da regulação técnica: trata-se de uma *reconstrução cultural e epistemológica*, capaz de restaurar a confiança na verdade, na razão pública e na mediação democrática. Como lembra Milton Santos (2000), o uso corporativo das redes e das técnicas revela a contradição entre o potencial emancipador do espaço técnico e sua captura pelos interesses hegemônicos do capital.

O Brasil, portanto, não é apenas vítima do caos algorítmico – é também seu espelho, síntese e advertência.

Por fim, compreende-se que resistir ao domínio do território reticulado não passa apenas pela apropriação física do espaço, mas pela reconstrução coletiva da atenção, da linguagem e da memória. O desafio do presente é geográfico, mas também cognitivo: *reconquistar os territórios simbólicos, ressignificar as infraestruturas e reorientar os desejos* diante de um mundo em que o poder se exerce por dentro da mente e pelas bordas da rede.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BERARDI, Franco “Bifo”. **Futurabilidade**: o tempo e a crise do futuro. São Paulo: Ubu, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CROCETTI, Zeno Soares. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba: Letra das Artes, 2019.
- CROCETTI, Zeno Soares. Foz do Iguaçu como território reticulado: redes, fronteiras e disputas cognitivas na era da plataformização. **Geosul**, Florianópolis, v. 40, n. 93 p. 64-82, mai/ago. 2025a.
- CROCETTI, Zeno Soares. Imperialismo 2.0 e a reestruturação global: território, infraestruturas e domínio cognitivo na Era da Pós-verdade (Seletividade espacial, neuroterritorialização e os novos mecanismos de poder geopolítico e simbólico no século XXI). **SciELO Preprints**, 17 jul. 2025b. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12368>
- CROCETTI, Zeno Soares. O jogo da direita e a nova geografia do capitalismo. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 27, n. 4, p. 1-15, jan.-dez. 2023.
- DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. *In*: NEGROPONTE, Nicolas. et al. **Micropolítica: cartografias do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.
- FISHER, Max. **A máquina do caos**: como as redes sociais reprogramaram nossas mentes e o mundo. 6. reimp. São Paulo: Todavia, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Edições Graal, 1976. v. 1.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: a digitalização e a crise da democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HU, Tung-Hui. **A cloud is not a cloud**: data centers and the internet's hidden infrastructure. Cambridge: MIT Press, 2015.
- HUI, Yuk. **Recursividade e contingência**. São Paulo: Ubu, 2023.
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. São Paulo: Ubu, 2014.
- LOVINK, Geert. **Extinção da Internet**. São Paulo: Funilaria, 2023.
- LOVINK, Geert. **Sad by Design**: on Platform Nihilism. Londres: Pluto Press, 2020.
- LOVINK, Geert. **Tristes por diseño**: las redes sociales como ideologia. Bilbao: Consonni, 2019.
- LYOTARD, Jean-François. **Libidinal Economy**. Bloomington: Indiana University Press, 1974.
- MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2022.
- PARISER, Eli. **The Filter Bubble**: what the internet is hiding from you. New York: Penguin Press, 2011.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataforma**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

## Declaração de Conflito de Interesses

O autor declara que não há conflito de interesses relacionado à elaboração, desenvolvimento e publicação deste artigo.

O trabalho foi realizado de forma independente, sem influência indevida de organizações comerciais, políticas, religiosas ou institucionais que possam comprometer sua integridade científica, seu conteúdo ou suas conclusões.

Além disso, não houve financiamento externo direto para a presente pesquisa, e nenhum tipo de relação financeira, pessoal ou profissional que possa ser interpretada como capaz de influenciar indevidamente os resultados ou a interpretação dos dados foi estabelecida durante a sua execução.

Esta declaração segue as diretrizes do Committee on Publication Ethics (COPE) e tem por objetivo fortalecer a transparência, a responsabilidade acadêmica e o compromisso ético com a ciência aberta, a educação crítica e a integridade nas publicações.

Autor:

Zeno Soares Crocetti

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>

Foz do Iguaçu, 01 de novembro de 2025.

## Dados de pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está contido no próprio artigo.

Trata de uma pesquisas bibliográficas: o artigo/ensaio, se baseia unicamente em livros, artigos e outras publicações existentes, sem a coleta de dados de pessoas. Tem um levantamento de dados públicos: utilizei informações de domínio público, que podem ser consultadas, utilizadas e reproduzidas livremente sem restrições de direitos autorais ou de propriedade intelectual. É um estudo que não envolve seres humanos, se baseiam em modelos teóricos ou dados de laboratório que não incluem materiais biológicos humanos.

### Dados Gerais:

Neuroterritorialização e infraestruturas do desejo: Poder, cognição e técnica no território reticulado

Zeno Soares Crocetti

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território

E-mail: [geocrocetti@gmail.com](mailto:geocrocetti@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>

### Autor:

Zeno Soares Crocetti

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>

Foz do Iguaçu, 01 de novembro de 2025.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.